

### 30. FÓRUM DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE PERNAMBUCO-BRASIL: PRIMEIRAS REFLEXÕES SOBRE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Miriam Patrícia Burgos*<sup>146</sup>

*Pedro Ferreira*<sup>147</sup>

*Joaquim Luís Coimbra*<sup>148</sup>

#### **Resumo**

Pensar a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil exige de nós pensar na experiência vivida por Paulo Freire em Angicos na década de 1960, que representou um divisor de águas para esta modalidade da educação. Logo após a experiência de Angicos, foi implantado no Brasil o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), coordenado por Paulo Freire junto do Ministério de Educação como uma das mais fortes políticas de enfrentamento ao analfabetismo no país. Mais de meio século

---

<sup>146</sup> Doutoranda em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – Conselheira do Centro Paulo Freire – Estudos e Pesquisas e Membro da Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Estado de Pernambuco.

<sup>147</sup> Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

<sup>148</sup> Professor Associado da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto – Diretor do Mestrado em Educação e Formação de Adultos.

depois da experiência de Angicos e do PNA, o país continua apresentando índices alarmantes de analfabetismo.

Em 2013, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) evidenciou que esta percentagem continua absurda, com números próximos de 9% da população e outra vez com destaque para a região do Nordeste do país com 16,6%, que abarca o maior índice de analfabetismo. Como política de enfrentamento a esta situação e da subescolarização que acomete o povo brasileiro, surge em 1990 o movimento dos Fóruns da EJA de Pernambuco (Fórum da EJA de PE), como expressão da sociedade civil organizada para o controlo social das políticas públicas frente ao Governo. Pernambuco ainda apresenta, nos dias atuais, municípios com mais de 50% de analfabetismo absoluto, o que nos faz inter-pelar a relevância da luta empreendida pelo Fórum da EJA de PE para a superação das condições de sociabilidade relativas à Educação, às quais estão submetidos os jovens, os adultos e os idosos das classes populares.

Ancorado nas ideias do pensamento de Paulo Freire nasce no ano de 2014 o nosso objeto de estudo, a trajetória do Fórum da EJA de PE.

### **Abstract**

Thinking Literacy and Education for Youth and Adults (EJA) in Brazil requires us to think about the experience lived by Paulo Freire in Angicos in the decade 1960, which represented a turning point for this type of education. Soon after the experience in Angicos, the National Literacy Program (NAP) was implemented in Brazil, coordinated by Paulo Freire with the Ministry of Education as one of the strongest policies fighting illiteracy in the country. More than half a century after the experience in Angicos and the PNA, the country remains with alarming rates of illiteracy.

In 2013, the National Survey of Households (PNAD) showed that the percentage of 9% of illiteracy is a unacceptable number and highlighted the fact that the country's northeastern region includes the largest illiteracy rate. In 1990, as a policy to fight this situation and the underschooling that affects the Brazilian people, comes the movement of the forums of AYE of Pernambuco (the EJA PE Forum) – an expression of organized civil society to the social control of public policies of the government.

Pernambuco (located in the Brazilian Northeast) still presents nowadays municipalities with more than 50% of absolute illiteracy, which leads us to question the relevance of the struggle waged by the EJA PE Forum for overcoming the conditions of sociability on the Education, to which young people, adults and the elderly people of the popular classes are subjected.

Em 2013, o Brasil comemorou os 50 anos da notável experiência de Alfabetização de Adultos realizada por Paulo Freire em Angicos, no Nordeste brasileiro, quando foram alfabetizados 300 camponeses em 40 horas. Esta experiência se deu porque desde a década de 50, quando da sua experiência no SESI, Paulo Freire percebeu que os adultos estavam sendo alfabetizados da mesma maneira com que se alfabetizavam as crianças, e sua sensibilidade e seu sentido crítico apontava que essa maneira de alfabetizar os adultos era pedagogicamente inadequada, por não respeitar as especificidades dos estudantes, além de os humilhar. Em 1963, Paulo Freire vivenciou a primeira aula inaugural desta experiência, utilizando como tema central o conceito antropológico de cultura. Os princípios científicos e filosóficos do seu método estavam ancorados em uma educação crítica conscientizadora.

Gadotti (2014), fazendo referência a obra do professor Carlos Alberto Torres afirma que “Angicos não era apenas um símbolo da luta contra o analfabetismo no Brasil, mas era um marco em favor da universalização da educação em todos os graus, superando a visão elitista” (Gadotti, 2014, p. 28). Nesta mesma perspectiva diz que “Angicos foi a fermentação de um processo de mudança pedagógica, além de anunciar a possibilidade de mudanças políticas e sociais” (Gadotti, 2014, p. 31).

Angicos, 52 anos depois, representa um convite para enfrentarmos com mais urgência e responsabilidade a situação em que vivem milhões de pessoas ainda analfabetas em nosso país. Mais de meio século depois da já citada experiência de Freire em Angicos, que lembra a luta pelo fim do analfabetismo no Brasil, nos deparamos com dados apontados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD 2013 (IBGE, 2013), que aponta que o número absoluto de analfabetismo no Brasil é de 8,5 milhões de pessoas entre a população de 15 anos ou mais. Num total de 13,04 milhões de pessoas analfabetas, 7 milhões vivem na região do Nordeste do

Brasil. Considerando apenas a faixa etária dos adultos com 25 anos ou mais, a taxa de analfabetismo foi de 10,2%. A partir da análise feita nesta mesma faixa etária, constatou-se que 12,63 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever quase seis décadas depois da experiência de Angicos. Em Pernambuco, segundo dados da PNAD 2010 (IBGE, 2010), apontava que o índice de analfabetismo era 16,73%. O número é alarmante e nos revela que o combate à privação dos direitos essenciais da vida precisa avançar. Essa condição de vida, postula Lafer (2006), amparado nas reflexões de Hannah Arendt “ [...] retira do homem a sua condição humana” sendo assim, tratado como “um ser descartável que pode ser trocado por outro, substituído ou igualado a uma coisa” (Lafer, 2006, p. 22).

Diante do referido contexto de exclusão, a EJA passa por transformações que se situam em nível de uma nova proposta de reestruturação, na Rede Estadual de Ensino até a instituição de Diretrizes Operacionais para a EJA, em âmbito nacional. Também vem acontecendo à esfera global a discussão e a definição dos rumos da Educação de Adultos, como demonstra a realização da VI CONFINTEA - Conferência Internacional da Educação de Jovens e Adultos, cujo objetivo “era debater e avaliar as políticas implementadas em âmbito internacional para essa modalidade de educação e traçar as principais diretrizes que nortearão as ações neste campo” (Lázaro, 2009, p. 5). Realizada em 2009 em Belém do Pará, na região Norte do Brasil, a VI CONFINTEA, marcou a história das conferências Internacionais de Adultos, entre outras coisas, por o Brasil ser o primeiro país do hemisfério sul a sediar esta conferência, o que resultou para o país, além do privilégio de sediar um evento de tamanha relevância e magnitude no campo da EJA, no saldo positivo da oportunidade histórica de poder envolver diversos atores da sociedade, governo e sociedade civil organizada, em manter durante os encontros preparatórios à VI CONFINTEA um diálogo profícuo a nível nacional sobre as políticas que serão (seriam) implementadas

no campo da EJA, a fim de garantir acesso, permanência e qualidade social dessa modalidade da educação. Pelas razões expostas questionamos: a ação do Fórum da EJA de PE tem contribuído para o controle social das políticas públicas em EJA? Neste estudo buscamos alcançar a compreensão da natureza do Fórum, de como ocorre a sua intervenção para o controle social das políticas públicas da EJA, e se essas intervenções contribuem para uma nova forma de sociabilidade, as quais requerem a compreensão de relações que, em sua essência, são de natureza qualitativa.

### **Alfabetização e Reprodução Social no Brasil**

A alfabetização é uma questão nacional no Brasil há aproximadamente seis décadas. Embora tenha sido um problema em debate desde a colonização, é no contexto da década de 40 do século passado, bem como da década de 60, com todos os seus contornos socioculturais e político-pedagógicos já exaustivamente narrados (Haddad, 2007), que o tema emerge com força de causa nacional, ou seja, assumida pelo Estado através da criação de mecanismos objetivos nas políticas públicas, como a criação de um plano e de um programa efetivo de enfrentamento da questão (Beisegel, 2004, pp. 78-79).

Desde a implantação em 1947, quando o governo brasileiro lança pela primeira vez a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, foi estruturado o Serviço de Educação de Adultos do Ministério da Educação – MEC. Já se passaram 68 anos, sendo a primeira política de Estado de combate ao problema extenso do analfabetismo adulto no país.

Em 1963, com a implantação do PNA – Programa Nacional de Alfabetização coordenado por Paulo Freire, baseado na experiência de Angicos, é instituída junto do Gabinete do Ministro da Educação

a Comissão de Cultura Popular. O PNA figura em nossa história como uma imensa ação de enfrentamento da subescolarização da população. Outra forma de abordar a questão remete diretamente para os processos de luta identificados como Educação Popular, onde alguns grupos sociais lutavam pelo processo de inserção das classes populares em sistemas de escolarização.

No âmago desse momento histórico, emerge uma pedagogia que ultrapassa as questões territorializadas de alfabetização popular, que remete para processos bem mais amplos de questionamento de posições colonizadoras e luta contra variadas manifestações de subordinação. A Pedagogia da Educação Popular manifesta um programa que ultrapassa seus próprios determinantes contextuais ao dar sentido e forma à necessidade de uma pedagogia crítica.

Desse modo, a luta pela educação no Brasil passa a manifestar-se como luta pelo acesso, e a alfabetização tem sido a *porta de entrada* do terreno onde se articula o sentido da modernidade: a cidadania. Sob essa perspectiva, o acesso à cidadania passa a ser condicionado pelo acesso à escolarização (Beisegel, 2004).

## **Os contextos aos quais estão submetidos os coletivos da Eja**

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil tomou um novo rumo a partir do processo constituinte de 1987, embora a constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB n. 9394/96) tenham deixado várias lacunas neste campo da educação. Entretanto, foi na LDB de 96 que foi assegurado a todos o direito ao ensino fundamental, independentemente da idade.

O direito à EJA está assegurado na Constituição Federal brasileira de 1988, ao estender a obrigatoriedade de escolarização para a faixa etária de 4 a 17 anos, e onde o artigo 208 da Constituição afirma que a educação básica é um direito em qualquer momento da vida.

“Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 59, de 2009)” Brasil, Constituição Federal.

“Ao considerar o direito à educação, houve importante avanço com a inclusão da Emenda Constitucional 59, que ampliou a escolaridade obrigatória e definiu a oferta da educação básica gratuita como um direito de todos, a qualquer momento da vida” (Lázaro, 2014).

No Brasil, a agenda neoliberal começa a ser efetivada a partir do Governo Collor, sendo retomada fortemente no Governo Fernando Henrique Cardoso – Governo FHC - no que se refere, principalmente, às privatizações e ao processo de retirada de legitimidade dos sindicatos e da tentativa de desmoralização dos movimentos sociais. Marcadamente com este Governo FHC, nos deparamos com o descaso com a qual a EJA foi tratada, tendo ficado de fora das políticas educacionais prioritárias daquele governo.

A política econômica de redução de gastos e atuação mínima do Estado no setor educacional afetou contundentemente esta modalidade da educação. De acordo minimalista, a política da EJA se baseou em ações voltadas essencialmente para a alfabetização numa perspectiva “clientelista e compensatória”; de acordo com Paiva (Paiva, 2006, p. 529) esta postura do Estado com o descaso para com a EJA tornou-se um forte exemplo a ser seguido pela sociedade política.

Hoje, as reformas administrativas previdenciárias e a flexibilização das relações trabalhistas são características principais do neoliberalismo no País.

A década de 2000, mais exatamente a partir do ano 2003, destaca-se pelo forte investimento nas políticas públicas no campo da EJA, como expressão e resultado do esforço político em atender a agenda de compromissos imposta historicamente pelos movimentos sociais.



Até 2006 com a criação do FUNDEF<sup>149</sup>, a EJA era atendida por programas federais, estaduais e municipais; entretanto, continuava fora da política de Estado para o financiamento da educação. A partir de 2007 “A reforma constitucional que criou o FUNDEF incluiu o financiamento da EJA no conjunto das políticas para a educação básica, agregando progressivamente recursos para o material didático e literário, a merenda e o transporte escolar de estudantes da EJA” (Lázaro, 2014, p.53).

A EJA passa então a ser considerada como uma modalidade básica da educação, mesmo considerando todas as fragilidades a ela imposta.

“Assim o país ganha por um lado, ao ampliar direitos e conquistas, e perde-se em tergiversações por outro, ao não garantir as condições para que a sociedade como um todo experimente os ganhos educacionais que as gerações mais novas têm alcançado.” (Lázaro, 2014, p.54).

Segundo (Santos, 2007): “Temos a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu” (Santos, 2007, p. 3). Nesse contexto, os coletivos sociais formados por jovens, adultos e idosos que não têm acesso aos direitos decorrentes da cidadania fazem parte do contingente de pobres, do que poderíamos nomear de “*povo*”, contido no processo de exclusão social.

Percebemos que no Brasil ainda há instalada uma cultura de que investir na Alfabetização e EJA é “doar” alguns “favores”, é usar da “benevolência”. Apesar de ser contraditório porque está assegurado na Constituição e na LDB de 1996 do país, em muitos casos ainda acredita-se em investimentos na EJA como ações supletivas, sobretudo em anos eleitorais e pré-eleitorais. Quando na verdade investir neste segmento da Educação é investir no desenvolvimento do país. É investir no futuro de cidadãos que poderão contribuir de forma mais significativa com a construção social coletiva.

---

<sup>149</sup> FUNDEF-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.

A heterogeneidade é uma característica da EJA. Os jovens, os adultos e os idosos que buscam a EJA integram o grupo dos “negros, quilombolas, do campo, sem terra, sem teto, sem universidade, sem transporte e todos os ‘sem’. Sua proximidade, portanto, é com todos aqueles a quem foi negado o direito a ser gente” (Arroyo, 2005, p. 3). Assim, os sujeitos a quem se destina a EJA estão nesse modo de inserção no mundo, homens e mulheres trabalhadores, desempregados e sem-trabalho, todos inseridos perversamente nesse mundo, caracterizado pela precarização da força de trabalho, que tem implicações em todas as dimensões de suas vidas.

O conceito que norteia a EJA e que orientou os debates da CONFINTEA VI é o de “educação ao longo da vida”. O que exige que todos os esforços educacionais, ponha em relevo a diversidade de saberes que devem incluir entre seus objetivos as competências requeridas pela sociedade, necessárias a uma construção da autonomia do(a) educando(a) para que este possa transitar entre os vários níveis de ensino e reinserir-se em processos formais, assim como em processos não-formais. A Educação, ao assumir-se para além da escola, situa-se no centro da vida cidadã, como uma prática que busca o conhecimento, a compreensão e a ação sobre o mundo. Conhecer é transformar, a si mesmo e ao mundo em que vivemos.

### **A genealogia e a concepção dos fóruns da educação de jovens e adultos**

A Educação de Jovens e Adultos é um direito subjetivo posto para o mundo desde a Declaração dos Direitos Humanos, ainda na década de 40 e que no Brasil, mais recentemente foi instituído com a Constituição Brasileira datada de 1988. A configuração da EJA no Brasil vem se constituindo pelas ações de governo e pela participação da sociedade civil, notadamente, na área da Educação

Popular. A instituição da EJA como direito e campo de responsabilidade pública tem sido abraçada pelos movimentos dos Fóruns da EJA do Brasil em meio a avanços e retrocessos.

Entre os atores coletivos está o Fórum da EJA, que tem a sua origem em confluência com a atuação da sociedade civil na luta pelo direito à Educação para Todos, integração fundamental, já que resulta do “fortalecimento da relação entre os protagonistas, objetivando a intervenção na proposição de políticas educacionais de jovens e adultos” (Soares, 2004, p. 28).

O Fórum de PE nasce no seio da Universidade Federal de Pernambuco no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos e em Educação Popular - NUPEP, sob a coordenação do Professor João Francisco de Souza, por ocasião do Ano Internacional da Alfabetização sobre o argumento da necessidade da participação social como estratégia de enfrentamento ao analfabetismo e sub-escolarização que acometia o Brasil, mais especificamente no Norte e no Nordeste do país onde se localiza o Estado de PE (M. N. d. S. Lima, 2009).

O professor João Francisco e sua equipe aproveitaram o momento de andanças pelos vários municípios pernambucanos, através de processos formativos que envolviam pesquisa, ensino e extensão neste segmento da educação, para mobilizar instituições e pessoas. Deste processo de articulação resultou a criação em 1990 da Articulação Pernambucana pela Educação de Jovens e Adultos, como Fórum Permanente da Educação da EJA de PE.

Desta forma, configurou-se como o primeiro Fórum da EJA no Brasil, cuja capilaridade se distribui em Fóruns municipais e regionais, que juntos compõem o estadual.

Em 2004, esse movimento passou a chamar-se Fórum da EJA de PE, para acompanhar a nomenclatura adotada nacionalmente por essa ação coletiva. Pelas razões da conjuntura do país na década de noventa, os demais Fóruns iniciam sua história no Brasil a par-

tir de 1996, quando da convocação da UNESCO para a realização dos encontros estaduais, recomendados pela Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA. Neste mesmo ano surge então o Fórum do Rio de Janeiro e assim, sucessivamente vão surgindo os Fóruns dos demais Estados e do Distrito Federal, face aos Encontros preparatórios para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos - V CONFINTEA, realizada em Hamburgo na Alemanha, em Julho de 96, quando se coloca para o mundo que a EJA corresponde ao “conjunto de processos de aprendizagem formais ou não formais, pelos quais as pessoas desenvolvem suas capacidades técnicas e profissionais, bem como as reorientam a fim de atender às demandas da sociedade” (UNESCO, 1997).

Aos poucos, todos os Estados e o Distrito Federal foram aderindo ao movimento. Atualmente temos vinte e seis Fóruns Estaduais e um Distrital da Educação de Jovens e Adultos e mais de 60 Fóruns Regionais. Estes Fóruns iniciaram a organização de um movimento que pretendia estabelecer resistências ao desmonte do direito à educação, conquistada no processo de transição democrática expresso pela Constituição de 1988 (Di Pierro, 2005).

A relevância dessa articulação tem sido reafirmada quando observado o poder de articulação entre os Estados e o Distrito Federal, através de uma comunicação em rede cuja organização mantém desde o ano de 1990 encontros municipais, estaduais e nacionais.

Assim, os Fóruns da EJA têm como base a articulação entre os diversos segmentos envolvidos na EJA – o governo, as universidades, o Sistema S<sup>150</sup>, ONGs, movimentos sociais e sindicais. Contudo, a presença do segmento dos (as) educandos (as) nesse processo é ainda um desafio para todos os Fóruns.

---

<sup>150</sup> O sistema S é formado por instituições ligadas a indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas. Ao longo dos anos o Fórum conta a participação permanente do SESI- Serviço Social da Indústria e relativamente com SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem comercial.

Esses fóruns formam um espaço democrático, crítico e plural para a articulação, onde as principais discussões se centram na construção de políticas nacionais e locais para a EJA, também propiciando oportunidades importantes para o intercâmbio de experiências nos campos da formação e metodologias. (Ireland, 2000, p. 15)

O desdobramento dos encontros dos Fóruns de EJA do Brasil são os Encontros Regionais que abrangem as cinco regiões do país: Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Estes encontros acontecem bianuais e culminam com o Encontro Nacional (ENEJA), realizado anualmente entre 1999 a 2009.

A partir de 2009, com o objetivo de fortalecer o movimento, o ENEJA passou a acontecer a cada dois anos. Em 2013, foi realizado o III EREJA no município de Caruaru, na região agreste do Estado de Pernambuco. Neste ano corrente, acontecerá no mês de setembro o XIV ENEJA na cidade de Goiânia na região Centro-Oeste do país. Tal evento se constitui como outro espaço democrático de exercício do convívio com as várias formas de conceber a EJA, resultando na produção de discussões, avaliações, indagações e documentos propositivos de respostas às questões relevantes que necessitam de uma discussão no âmbito nacional. No final, o documento construído é encaminhado ao MEC - Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão – SECADI, como reivindicação do movimento no campo das implementações das políticas públicas para a EJA no país.

Nesta perspectiva, pretende ser o Fórum da EJA de PE, um mobilizador da sociedade civil organizada no controle social das políticas públicas para este segmento da educação, através de parcerias com várias instituições e pessoas que atuam nesta modalidade da educação. Com o fim de, juntos, enfrentarmos com a radicalidade democrática necessária os vários problemas que afetam a EJA em

nosso Estado sejam eles, no campo do analfabetismo, da qualidade da alfabetização, da subescolarização, ou do acesso, permanência, e elevação de escolaridade.

De acordo com Lima (2009):

[...] Fóruns da EJA PE é um organismo de participação social em rede, com a finalidade de criar um espaço democrático e plural de discussão, formação, informação e intercâmbio de experiências, agindo, também, no âmbito das políticas públicas de EJA, no sentido de efetivação das mesmas. (Lima, 2009, p. 20)

Neste sentido, os Fóruns interligam e evocam as culturas a tecerem outra globalização, mais justa e humana. Os Fóruns conotam a participação da sociedade civil organizada na busca incessante por justiça social. A tecelagem, prática ancestral de fiar, unir, de entrelaçar fios em tecidos, é motriz metafórica da ação coletiva dos movimentos sociais em rede e do multiculturalismo que, para Paulo Freire, situa-se no respeito em que as culturas têm de correr livremente o risco de serem diferentes umas das outras. Portanto, fundamenta-se na liberdade da conquista, no direito de mover-se livremente na busca de um futuro construído por todos livremente.

Logo, a multiculturalidade provoca convivência, em um mesmo espaço, de diferentes culturas, algo não muito espontâneo. “É uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns” (Freire, 1993, p. 157).

O poder de mobilização dos fóruns é consolidado com a experiência da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), e também com a rede virtual que fortalece as coordenações nacional, estadual e distrital, socializando informações e deliberações. A conquista de um lugar na CNAEJA é um exemplo de alguns resultados expressivos desse embate.

A reflexão acerca da EJA na perspectiva de compreender porque é que a educação, como um direito já instituído, não tem sido efetivado para todos os indivíduos, independente de seu tempo de vivência - quer seja o da juventude, o da vida adulta ou o da velhice - nos leva a refletir sobre as lutas empreendidas pela sociedade civil em prol dessa questão.

Por excelência, o Fórum da EJA se constitui em um espaço de controle social e de investigação sobre os desdobramentos concretos da luta empreendida pela sociedade civil organizada, relacionada com a efetivação do direito à educação para os coletivos sociais formados por jovens, adultos e idosos das classes populares.

Nesse sentido, a trajetória do Fórum da EJA, representada pela ação coletiva, assume como propósito central a definição de políticas públicas voltadas para a este segmento da Educação. Eis o cerne do nosso questionamento: Como se expressa o controle social e as intervenções feitas pelo Fórum da EJA de PE para a construção de políticas públicas voltadas para a EJA? Assim, é na tentativa de clarificar essa realidade que se situa o objeto dessa pesquisa: a contribuição da trajetória do Fórum da EJA de PE, para a construção de políticas públicas para a EJA no Brasil.

No bojo desses e de tantos outros questionamentos, buscamos aprofundar a problemática e contribuir para o movimento, tomando o Fórum da EJA da EJA de PE como o nosso objeto de investigação.

## **A relação entre o pensamento de Freire e os movimentos sociais no Brasil**

Em Paulo Freire, nos inspiramos como força motriz, ancorados nas categorias: participação social e política, autonomia, democracia, justiça social, sujeito ativo, solidariedade, princípios éticos nas relações sociais, diálogo, desvelamento das intencionalidades

políticas no campo da EJA, e utopia, que juntas sublinham uma educação circunscrita por uma perspectiva intercultural, “[...], que possibilite aliarmos a controvérsia, o embate, a solidariedade e a justiça social em um único processo, construído com diversos e diferentes parceiros, e que tenha no contexto da democracia radical a sua referência, e que sublinham aspectos relevantes para uma reflexão sobre uma sociedade democrática e justa” (Carvalho, 2009, pp. 14-15)

Neste sentido, Fávero, seguindo o pensamento de Streck (2009) afirma:

Os movimentos sociais populares são considerados por Paulo Freire como a grande escola da vida: “a ação por melhorias concretas em seu bairro ou das condições de vida anda de mãos dadas com reflexão sobre entorno e sobre estratégias de luta”. Em síntese: não só a educação tem um caráter político e como tal pode e deve “engravidar” os movimentos sociais, como os movimentos populares são educativos e inovam a educação; são a força instituinte da prática educativa. (Fávero, 2013, pp. 52-53)

Os movimentos sociais que não comungam com os modelos padronizados, estabelecidos ao logo dos séculos, lutam pela conquista de espaços democráticos na sociedade civil e política, e cada vez mais defendem a interculturalidade. Saem às ruas, tomam as redes sociais digitais, as mídias eletrônicas, as assembleias, e expõem à sociedade os seus anseios, ou seja, lutam contra as injustiças sociais, pelo seu espaço no mundo; deste modo, de acordo com Freire, vão criando um novo mundo possível. Pois como já nos alertava o autor. O mundo não é algo inexorável.

Partindo do facto de que a desigualdade não é um processo natural, Paulo Freire enfatiza que é preciso aguçar a nossa



capacidade de estranhamento, não nos calarmos face às injustiças, desenvolvermos uma nova ética e uma nova racionalidade quanto aos valores a serem cultivados/preservados. (Gohn, 2013, p. 37)

Em comum acordo com Gohn (2013), podemos afirmar que Freire almejava uma sociedade multicultural que fosse política, não racista, não elitista, não machista, não etnocêntrica. Uma sociedade que se propusesse a formar gente pensante, ativa, política, crítica, e ética, e, portanto desprovida de qualquer forma de preconceito. Que fosse capaz de ouvir o outro. Numa escuta atenta, generosa, respeitando-o em suas especificidades e diferenças. De acordo com Freire (1987, 1993, 2005a, 2005b), o exercício desafiador de pensar certo, não admite nenhuma forma de discriminação seja ela de raça, de classe, de gênero, porque nega a dignidade humana.

Há uma estreita relação entre Paulo Freire os movimentos sociais e a educação popular do Brasil, com especial destaque para o Movimento dos Sem Terra – MST, maior movimento camponês da América Latina, cuja metodologia de ensino está ancorada no aporte teórico de Paulo Freire, com ênfase na formação política e militante alicerçado no conceito antropológico de cultura.

A este respeito, ilustramos com as palavras do educador, em seu depoimento durante uma entrevista poucos dias antes de sua morte. “Eu estou absolutamente feliz por estar vivo ainda e ter acompanhado essa marcha, como outras marchas históricas, elas revelam o ímpeto da vontade amorosa de mudar o mundo, essa marcha dos chamados Sem Terra [...]” (Freire, 1997).

Esta afinidade de pensamento e de posicionamento políticos entre os Fóruns e o pensamento de Paulo Freire, e consequentemente com a educação popular, é confirmada pelo Educador Fávero (2013), quando ele afirma que há um diálogo estreito entre a EJA, a educação popular, os Fóruns da EJA e a pedagogia de Freire:

Os educadores que trabalham nesta modalidade de ensino, desde os anos 1990 e principalmente nos anos 2.000, têm-se mobilizado na defesa deste direito para os jovens e adultos. A expressão mais visível dessa mobilização ocorre nos Fóruns de EJA, existentes em praticamente todos os estados da federação e em muitos municípios<sup>151</sup>. Sob certos aspectos, sobretudo pela realização anual dos encontros nacionais e pela articulação em rede, esses fóruns podem ser entendidos como uma forma especial de movimento social, que se articula criticamente com as instâncias governamentais na discussão e implementação das políticas de EJA. No bojo desse movimento, no qual muitos participantes provêm das atividades e experiências da educação popular, é relativamente forte a defesa dos princípios constantes da pedagogia de Paulo Freire. Defendem-se a ampliação do atendimento e a melhoria da qualidade dos cursos oferecidos aos jovens e adultos, com base no princípio de superação das desigualdades e como compromisso de uma dívida social histórica. (Fávero, 2013, p. 54)

Freire tem sido um dos mais fortes ícones entre os referenciais teóricos que norteiam as ações dos Fóruns da EJA, com destaque para o Fórum da EJA de PE, em toda sua conformação cujo esforço se dá em pautar suas metodologias de trabalhos ancorados no pensamento de Freire.

Freire sugere em suas obras que precisamos romper com o que está posto como “normal” em nossa sociedade. Sugere nos lançarmos criticamente, rompendo com as barreiras do medo, para criarmos outro mundo possível, pois segundo o autor, o mundo não é algo inflexível. Portanto cabe e está em nossas mãos mudarmos

---

<sup>151</sup> Os Fóruns da EJA existem, e estão atuando, em todos os 26 Estados brasileiro e no Distrito Federal. Tendo o primeiro surgido 1990 em Pernambuco e os demais a partir de 2004

o nosso destino e a realidade perversa imposta à nossa sociedade durante anos e anos, e é em favor disso que os Fóruns da EJA do Brasil lutam incessantemente por uma sociedade mais justa, menos desigual, que garanta aos sujeitos da EJA o direito ao acesso, elevação de escolaridade e principalmente, a qualidade social da educação para todos e ao longo da vida. De acordo com Licínio Lima, a Educação ao longo da vida: “ [...] assumiu objetivos que visavam o esclarecimento e a autonomia dos indivíduos, bem como a transformação social através do exercício de uma cidadania ativa e crítica.” (Lima, 2007, p. 14)

O resultado deste embate poderá ser uma sociedade com seres humanos amplos, sensíveis e fundamentalmente ricos de capacidade interpretativa, de observação, e produtores de saber. O que resultaria em que estes sujeitos que compõem este segmento sejam incluídos em sua plenitude na sociedade, e não simplesmente, de acordo com as palavras de João Francisco de Souza, adaptados ou incluídos perversamente, que é uma forma de estar no mundo, mas não com o mundo; é estar incluído na sociedade, mas não estar incluído como cidadão ativo, pleno, no gozo de seus direitos essenciais à vida.

### **Controle social dos fóruns da EJA e suas expressões no Brasil**

No Brasil, a expressão controle social tem sido utilizada como sinónimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especificamente no campo das políticas sociais, desde o período da redemocratização dos anos oitenta. A utilização da expressão com este sentido foi propiciada pela conjuntura de lutas políticas, pela democratização do país frente ao Estado autoritário, implantado a partir da ditadura militar.

Coutinho (2006) elucida a conjuntura em que a expressão controle social é designada como controle da sociedade civil sobre

o Estado, no contexto das lutas sociais contra a ditadura e em torno da redemocratização do país. Afirma que a sociedade civil tornou-se sinónimo de tudo aquilo que se contraponha ao Estado ditatorial quando diz:

Essa identificação foi facilitada não só porque, na linguagem corrente, “civil” significa o contrário de militar, mas, sobretudo, porque, no período final da ditadura, até mesmo os organismos ligados à grande burguesia começaram progressivamente [...] a se desligarem do regime militar, adotando uma postura de oposição moderada. (Coutinho, 2006, p.46).

O resultado desse processo, segundo Coutinho (2006), foi uma interpretação problemática do conceito de sociedade civil: o par sociedade civil/Estado que, em Gramsci, forma uma unidade, foi interpretado como opostos, como uma cisão. Coutinho (2006) reitera sua posição quando, sobre esta relação, diz:

Assumi os traços de uma dicotomia marcada por uma ênfase maniqueísta [...] tudo o que provinha da “sociedade civil” era visto de modo positivo, enquanto tudo o que dizia respeito ao Estado aparecia marcado por um sinal fortemente negativo; afinal, a sociedade civil era identificada em bloco com a oposição, enquanto o Estado era a expressão da ditadura já então moribunda. (Coutinho, 2006, p. 47)

Na medida em que foram surgindo os movimentos sociais que se posicionavam em desacordo com os governos autoritários e a ebulição política que acendeu a redemocratização do país, anunciou-se decisivamente uma definição política muito clara e acirrada entre um Estado autoritário e a uma sociedade civil organizada que almejava mudanças significativas.

Os Fóruns da EJA, por seu caráter enquanto movimento social de denunciar, propor, avaliar e, sobretudo, intervir nas políticas públicas para este segmento da Educação interagindo junto ao Governo em todas as suas instâncias municipais, estaduais e Federal, são considerados como um mecanismo de controle social, aqui entendido como uma conquista da sociedade civil, enquanto instrumento e expressão da democracia.

A atuação dos Fóruns nos Encontros preparatórios e a participação na VI CONFINTEA, realizada no Norte do Brasil, nos mostra a força mobilizadora que tem este movimento no âmbito nacional.

O controle social tecido por este movimento dos Fóruns não abriu mão do direito de participar ativamente da construção do Documento Nacional Preparatório a esta conferência, por entendermos que se trataria de um documento que pautaria a agenda da EJA do nosso país para os próximos dez anos, e como tal, precisávamos garantir que fossem asseguradas as necessidades reais desta modalidade, e, sobretudo, assegurar as suas especificidades e singularidades.

Concordamos com Lázaro (2009) quando afirma que a construção da CONFINTEA no país desencadeou um rico e democrático processo de discussão e construção dos documentos básicos do país. Durante os anos de 2008 e 2009 o MEC, através da SECAD – em parceria com os sistemas de ensino e movimentos sociais vinculados à educação popular, promoveu como ações preparatórias a VI CONFINTEA, 33 encontros, sendo eles 27 encontros estaduais/distrital reunindo cada um entre 80 e 600 participantes, 5 encontros regionais com cerca de 10 delegados por Estado e 1 encontro nacional com 300 participantes, representantes de todos os Estados e do Distrito Federal (MEC-SECAD, 2009).

Durante esses encontros congregaram-se forças sociais e políticas, debruçando-se, sobremaneira, nas questões prioritárias deste segmento da educação. Destes encontros resultou a construção do Documento “Brasil – Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos

ao Longo da Vida”, composto por três partes: diagnóstico nacional, desafios, e recomendações para a EJA. Este documento reafirma o compromisso político do Estado brasileiro para avançar na garantia do direito à EJA (MEC-SECAD, 2009).

Neste amplo debate entre Governo e sociedade civil, no qual estiveram presentes e com direito a voz e vez, gestores, educadores, alunos, ONG’s, sindicatos, universidades públicas, representantes dos Fóruns da EJA dos 26 Estados e do Distrito Federal, entre outros, construiu-se, através desta ação coletiva, um diagnóstico aprofundado e o mapa da situação da EJA em todo o país construído durante os anos de 2008 e 2009.

A avaliação que o então Secretário da SECAD-MEC faz deste processo preparatório “é de que se constituiu de forma ímpar no país, pois além de ter sido construído com o envolvimento de todos os segmentos representantes da EJA, contou com a coordenação e articulação nas etapas estaduais e regionais dos Fóruns da EJA do Brasil, instâncias independentes criadas a partir da V CONFINTEA” (Lázaro, 2009).

Esta interlocução dos Fóruns junto ao MEC antes, durante e após esta Conferência, representa para o movimento um importante passo na construção de políticas públicas de alfabetização e EJA, uma vez que, na compreensão do movimento social dos Fóruns da EJA do Brasil se faz necessário produzir resultados que ultrapassem a VI CONFINTEA, configurando-se como estratégias de fortalecer e consolidar a política nacional da Educação de Jovens e Adultos como expressão do controle social dos Fóruns frente ao Governo.

### **Primeiras referências metodológicas**

Neste estudo, procuramos alcançar a compreensão da natureza do Fórum, de como ocorre a sua intervenção para o controle social das políticas públicas da EJA, e se essas intervenções contribuem para uma

nova forma de sociabilidade, a qual requer a compreensão de relações, que em sua essência, são de natureza qualitativa. O estudo é também exploratório, tendo em vista a escassa produção acerca do objeto, bem como a necessidade de formulação de outras questões. Optamos por garantir o rigor metodológico, com a pesquisadora a assumir a posição de observadora-participante, o que traz como benefícios, segundo Minayo (2003), “o fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente, na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (Ibidem2003, pp. 59-60)

O campo da investigação empírica é o Fórum da EJA de PE. A amostra da pesquisa será composta por um grupo formado por representantes de cada segmento do Fórum, totalizando 15 sujeitos. Como instrumento de pesquisa, utilizaremos a análise documental, a entrevista semiestruturada e a observação participante.

Para Bogdan e Biklen (2006), os relatórios, as listas de frequência, as anotações de reuniões, as programações produzidas pelos sujeitos que fazem parte do fenômeno pesquisado, “servem como fontes de férteis descrições de como as pessoas que produziram os materiais pensam acerca do seu mundo ou do fenômeno em que se inserem”.

Na sistematização, buscaremos definir as unidades de registro, isto é, os textos mais significativos e as suas categorias. Essas unidades serão constituídas pelas unidades de análise e de significados (Bardin, 1977). Para a análise documental, selecionaremos material (documentos, relatórios, vídeos, livros, entre outros) como fonte de informação para os questionamentos e objetivos da pesquisa.

## **Conclusões (ainda que provisórias)**

Os Fóruns vêm se apresentando como uma forma positiva de mobilização e articulação das instituições e pessoas identificadas com a EJA,

exigindo, todavia, uma maior clareza no que diz respeito à construção e afirmação de sua identidade. Isto implica um maior investimento no conhecimento das especificidades da sua atuação e do nível de entendimento dos seus integrantes sobre as funções do Fórum.

Apesar de todo esse avanço histórico do lugar ocupado pelo Fórum da EJA enquanto um instrumento de articulação do controle torna-se necessário reconhecer que ainda são grandes os desafios a serem vencidos neste campo da educação, uma vez que, travamos lutas intensas e tensas para garantir assento nas discussões nas instâncias dos Governos estaduais e municipais, no que diz respeito às ações da EJA. Pois como sabemos, apesar dos avanços que tivemos nesta modalidade de educação, a realidade atual ainda aponta graves fragilidades quando se refere a: altas taxas de analfabetismo, a falta do acesso de todos a uma educação básica; desigualdades sociais em diversos aspectos sociais; garantia dos direitos essenciais à vida como educação, saúde, a falta de políticas públicas específicas que atendam as comunidades indígenas, quilombolas, do campo, das pessoas privadas da liberdade, entre outros.

O que é pior e que vai na contra mão de tudo isso, e que nos deparamos amiúde, é o constante encerramento de turmas da EJA, sob o argumento de que não há procura. Então, como podemos perceber, ainda temos muito que fazer pela frente, na tentativa de garantir políticas públicas diferenciadas e específicas, que garantam o direito da efetiva cidadania para esse público da Educação. Pelas questões todas com as quais discorreremos neste texto, é que se justifica a nossa pesquisa que ainda não aponta resultado por estar em desenvolvimento.

## **Referências bibliográficas**

Arroyo, G. (2005). Educação de Jovens e Adultos: um campo de responsabilidade pública. In G. Arroyo, L. Soares, M. A. Giovanetti, & N. L. Gomes (Eds.), *Diálogos na Educação dos Jovens e Adultos*. São Paulo: Autêntica.



- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beisegel, C. d. R. (2004). *Estado e Educação popular no Brasil*. Brasília: Liber Livro.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2006). *Investigação educativa em educação: uma introdução à teoria e os métodos*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, R. T. d. (2009). Prefácio. In M. N. d. S. Lima (Ed.), *Fórum da Educação de Jovens e Adultos de Pernambuco: registros históricos*. Recife: Edições Bagaço.
- Coutinho, C. N. (2006). *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez.
- Di Pierro, M. C. (2005). Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. *Educação e Sociedade* (92), 1115-1139.
- Fávero, O. (2013). Paulo Freire, Movimentos Sociais e Educação de Jovens e Adultos. In D. Streck & M. T. Esteban (Eds.), *Educação Popular. Lugar de construção social coletiva* (pp. 49-63). Petrópolis: Vozes.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do Oprimido* (17.<sup>a</sup> ed.).
- Freire, P. (1993). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997). Video. In P. Freire (Ed.), *Entrevista de Freire – Marcha Movimento Sem Terra (MST)*.
- Freire, P. (2005a). *Conscientização: Teoria e Prática de Libertação* (3.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005b). *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra
- Gadotti, M. (2014). 50 Anos de Angicos: Um sonho interrompido a ser retomado. *Educatrix. Especial Vozes de Valor. Angicos 50 Anos* (2).
- Gadotti, M. (2014). 50 Anos de Angicos: Um sonho interrompido a ser retomado. *Educatrix. Especial Vozes de Valor. Angicos 50 Anos* (2).
- Gohn, M. d. G. (2013). Educação Popular e Movimentos Sociais. In D. Streck & M. T. Esteban (Eds.), *Educação Popular. Lugar de construção coletiva* (pp. 33-48). Petrópolis: Vozes.
- Haddad, S. (2007). Escolarização de Jovens e Adultos. In UNESCO (Ed.), *Educação como exercício de diversidade* (pp. 85-128). Brasília: UNESCO.
- Ireland, T. (2000). A história recente da mobilização pela educação de jovens e adultos à luz do contexto internacional. *Alfabetização e cidadania* (9), 9-22.
- IBGE. (2010) *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Brasil 2010*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em abril de 2015.
- IBGE. (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD 2013*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/analfabetismo-volta-diminuir-apos-estacionar-no-ano-anterior-diz-pnad.html>. Acesso abril de 2015.
- Lafer, C. (2006). *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt* (6.<sup>a</sup> ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Lázaro, A. (2009). Apresentação *Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos - VI CONFINTEA*. Brasília: MEC-SECAD.

- Lázaro, A. (2014). Educação de Jovens e Adultos: Conquistas recentes e desafios. *EUCATRIZ ESPECIAL VOZES DE VALOR: angicos 50 anos*.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96 C.F.R. (1996).
- Lima, L. (2007). *Educação ao Longo da Vida: Entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*. São Paulo: Editora Cortez.
- Lima, M. N. d. S. (2009). *Fórum da Educação de Jovens e Adultos de Pernambuco: registros históricos*. Recife-PE-Brasil: Edições Bagaço.
- MEC-SECAD. (2009). *Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos - VI CONFINTEA*. Brasília.
- Minayo, M. C. d. S. (2003). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Paiva, J. (2006). Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, 11(33), 516-566.
- Santos, B. de. S. (2007). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Soares, L. (2004). O surgimento dos Fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. *Alfabetização e cidadania* (17), 25-35.
- UNESCO. (1997). *Declaração de Hamburgo: Agenda para o futuro*. Brasília: SESI/UNESCO.